



Entrevista

www.advocatus.pt



João Teives
director Advocatus

José Miguel Júdice, ex-Bastonário e sócio da PLMJ

Nas firmas não se é sócio por se ser filho do advogado



Ramon de Melo

“As sociedades de advogados são meritocráticas. Chega-se a sócio por ter qualidade e não por se ser filho do advogado”, afirma José Miguel Júdice, 61 anos. “Todo o sistema está a funcionar de uma forma ineficiente, mas é fácilimo pô-lo a funcionar melhor. Se pudesse, mudava tudo e deixava de haver uma carreira de juizes em Portugal, estes eram escolhidos através de candidaturas, por um júri qualificado”, conclui o sócio da PLMJ

Advocatus | No prefácio do seu livro *Bastonadas* escreve que o sistema de justiça não mudou muito desde o Império Romano. Mas ser advogado em 2010 não é muito diferente do que era em 1977 quando começou?

José Miguel Júdice | Claro que sim, não se esqueça que em 1975, em Inglaterra, as sociedades de advogados não podiam, por lei, ter mais de 20 profissionais. Assis-timos, desde então, a um conjunto de revoluções impressionantes, talvez a maior aceleração na História dos últimos 30 anos.

Advocatus | E a Justiça, parou?

JMJ | A Justiça adapta-se mal porque é muito conservadora, olhando para as leis que já existem e interpretando-as. Nós, juristas, estamos sempre a olhar para trás, não para a frente, donde não se pode esperar dos juristas muito progressismo ou renovação, porque a tendência natural é: “Deixar estar porque se mudar ainda fica pior”.

Advocatus | É desconfortável ser revolucionário quando se actua num sistema naturalmente conservador?

JMJ | Não sou revolucionário, foi uma ideia de juventude que passou depois de entender os disparates das revoluções. Sou um reformista forte. Quando estive na Ordem, fiz um conjunto muito grande de reformas, se calhar demais, mas eu só estive lá três anos.

Advocatus | Publicou no *Jornal de Negócios* um artigo com 33 sugestões concretas relativamente ao Processo Civil...

JMJ | Escolhi esse número porque em França, nos fins do século XIX, houve um médico que descobriu que, se pusesse as criancinhas a dizer *trente trois* elas abriam a boca, e isso permitia que ele visse se tinham a garganta inflamada. Como somos um país traduzido em calão do francês, os médicos portugueses começaram a dizer às criancinhas “diga lá 33”, não percebendo que, em português,

“A Justiça adapta-se mal. É muito conservadora, porque consiste em olhar para as leis que já existem e interpretá-las. Não se pode esperar dos juristas que sejam muito progressistas, revolucionários, renovadores, reformistas”

isso fecha a boca em vez de abrir. Quando fui apresentar a proposta, numa reunião da Comissão de Reformas de Código de Processo Civil, disse: “Espero que leiam *trente-trois* e abram a boca para que isso entre e que não digam 33 e fechem a boca”. Eles abriram a boca e realmente foi muito curioso — e para mim uma enorme surpresa — encontrar naquela comissão uma adesão a muitas das coisas que propus por pessoas da melhor qualidade das várias profissões jurídicas.

Advocatus | Não é excessivo o poder que quer transferir para os juizes?

JMJ | Há que lhes dar mais poder e mais responsabilidade. Não é possível um sistema onde não há autoridade na sala de audiências. Grande parte dos atrasos da Justiça resulta de os juizes terem perdido a cultura de dirigirem a audiência que tinham quando eu comecei como advogado.

Advocatus | A reforma do Processo Civil é a alavanca que pode mudar a Justiça?

JMJ | O Código de Processo Civil (CPC) é o paradigma de todos os Códigos de Processo. Portanto, se o mudarmos, isso vai depois reflectir-se nos outros códigos. Os políticos e os dirigentes da Justiça em Portugal andaram a mudar todos os códigos, mas nunca ninguém mexeu nele, a não ser para fazer recomendações que descaracterizaram o Código de Alberto dos Reis sem o tornar mais eficiente.

Advocatus | Na sua opinião passávamos bem sem Código...

JMJ | Eu vivia sem ele. Há duas regras que não podem ser desrespeitadas: a igualdade de armas e o princípio de contraditório. O resto, é o juiz quem manda.

Advocatus | Boa parte das 33 medidas que propõe permitem poupar dinheiro...

JMJ | Exactamente. É o caso do “ditar para a acta”, que se faz muito em Portugal. Estamos no século XXI, onde há gravadores,

e então quando o advogado dita para a acta desligam-se os gravadores e o funcionário escreve. O que proponho é simples: ninguém dita para a acta. Manda no dia seguinte o requerimento. Perdem-se milhares de horas em Portugal com requerimentos ditados para a acta. Se repararmos na importância que isto tem, tempo é dinheiro, portanto a eficácia da Justiça pode melhorar com pequenas coisas.

Advocatus | Não teme que as *guidelines* possam aumentar a litigância?

JMJ | No mesmo tribunal, num processo muito semelhante, dois juizes têm dois entendimentos completamente diferentes. Têm todo o direito de os ter. Assim eu sei com o que conto. O grande problema em Portugal é termos um Código que as pessoas julgam que cria regras, mas que também gera a mais total anarquia, porque é interpretável das mais variadas maneiras.

Advocatus | No seu livro compara o CEJ às madrassas. Acha que é excessiva a teia de formalismo e ritos que existe na Justiça?

JMJ | Digo muitas vezes que, se eu fosse fazer o exame de acesso à Ordem, provavelmente chumbava. Porque há coisas ali completamente secundárias e irrelevantes que eu manifestamente não sei, nem tenho nada que saber. Mas é assim que o sistema funciona. Eu nunca vou para tribunal sem ter um advogado da minha equipa ao meu lado que saiba muito de Direito Processual Civil. Porque tenho medo. Enquanto que numa arbitragem internacional eu não levo ninguém ao meu lado, não preciso disso para nada.

Advocatus | A falta de flexibilidade é um problema?

JMJ | Uma vez, quando era bastonário, recebi um importante advogado sul-africano que a determinada altura da nossa conversa me disse que era também juiz.

Entrevista

17 DATAS

- 1949** José Miguel Júdice nasce a 15 de Agosto na Quinta das Lágrimas, em Coimbra
- 1952** O pai, doutorado em Matemática e conhecido como “o célebre Júdice”, preso por ser destacado militante do Partido Comunista (foi recrutado por Bento Jesus Caraça), morre com 35 anos na cadeia, onde se tinha convertido ao Catolicismo
- 1969** Foi o único estudante a falar contra a greve, numa assembleia magna, durante a crise académica de Coimbra
- 1972** Licencia-se na Faculdade de Direito de Coimbra, onde foi assistente das cadeiras de Ciência Política e Direito Constitucional até 1979 (com interrupções derivadas da sua actividade política)
- 1974** Apesar de ter festejado o 25 de Abril abrindo uma garrafa de Porto, dois dias depois é saneado da Faculdade e mais tarde é preso. Libertado três meses depois, exila-se em Madrid
- 1975** Regressa a Portugal após o 25 de Novembro, após ter passado o ano a conspirar com Spínola, como militante do MDLP
- 1977** Começa a sua actividade como advogado na firma de António Maria Pereira (que conhecera quando ambos estiveram presos durante o PREC), actual PLMJ
- 1979** Assistente até 1982, na Faculdade de Direito de Lisboa de Direito Público Internacional e Ciência Política
- 1980** Adere ao PSD a 5 de Dezembro, no dia seguinte à morte de Sá Carneiro num desastre de avião
- 1983** Integra o núcleo fundador do *Semanário*, de que seria administrador e colunista
- 1985** Eleito presidente da Comissão Política Distrital de Lisboa do PSD
- 1995** Membro do Conselho Geral da Ordem dos Advogados (até 1998)
- 1997** Membro do Conselho Superior de Magistratura (até 2001)
- 2001** Eleito Bastonário da Ordem dos Advogados, cargo que desempenha até 2004
- 2005** Membro da International Bar Association
- 2006** Desfilia-se do PSD
- 2007** Mandatário da candidatura de António Costa à presidência da Câmara Municipal de Lisboa

>>>

Perante o meu espanto, explicou-me que em todas as comarcas da África do Sul há uma lista dos advogados mais antigos, respeitados e experientes. Quando é preciso despachar trabalho, são nomeados juízes. Eu posso resolver um litígio de um bilião de dólares, no estrangeiro, em inglês, entre empresas de vários países, mas não posso resolver um litígio de 500 escudos entre duas empresas portuguesas. Um dos problemas do mau funcionamento da Justiça é a ideia de que, para ser juiz, é preciso passar por uma madrassa onde é preciso aprender de cor umas coisas completamente irrelevantes no século XXI. Eu não quero ser juiz, mas se o sistema dissesse assim: “Júdice, tu tens 35 anos de experiência, foste bastonário, foste membro do Conselho Superior da Magistratura, tens muita experiência como juiz em arbitragens, em Portugal e no estrangeiro, não te importas de fazer parte de uma lista, *pro bono*, para, quando for preciso, ser chamado para ser juiz?”. Eu não era capaz de dizer que não. Claro que, numa lógica corporativa, os juízes diriam assim: “Este tipo está a tirar-nos mercado”. Mas, para se ser advogado nalguns países, não é sequer preciso fazer um curso de Direito. Para se ser juiz nalguns países, não é preciso tirar um curso de Direito. Em muitas arbitragens em que eu participo, juízes são engenheiros, economistas, auditores, e são perfeitamente capazes de julgar.

Advocatus | Provavelmente até melhor que um jovem advogado...

JMJ | Em certos casos sim, a experiência é importante. Eu sei os nervos com que fui para o tribunal da primeira vez como advogado. Ainda hoje vou nervoso, mas já um bocadinho menos. Um juiz muito jovem está, naturalmente, inseguro. Há excelentes juízes novos, mas falta-lhes uma coisa essencial que é a experiência de vida. Sem modéstia, com 61 anos acho que sou melhor que a generalidade dos juízes com vinte e tal anos.

“Eu vivia sem o Código de Alberto dos Reis. Há duas regras que não podem ser desrespeitadas: a igualdade de armas e o princípio de contraditório. O resto, é o juiz quem manda. O grande problema em Portugal é termos um Código que as pessoas julgam que cria regras, mas que cria a mais total anarquia, porque é interpretável das mais variadas maneiras”

“Se eu fosse fazer o exame de acesso à Ordem, provavelmente chumbava. Porque há coisas ali completamente secundárias e irrelevantes que eu manifestamente não sei, nem tenho nada que saber. Mas se assim que o sistema funciona”



Não é por ser mais inteligente. Sou mais experiente.

Advocatus | Para além da revolução no processo, não deveria haver também outra na forma de aceder à magistratura?

JMJ | Sem dúvida. Se pudesse, mudava tudo e deixava de haver uma carreira de juízes em Portugal, estes eram escolhidos através de candidaturas, onde houvesse um júri qualificado. Mas acho que isso não é viável. Eu defendo uma ventilação do sistema, isto é, que, por exemplo, 10% dos juízes de primeira instância e 20% dos juízes da Relação não pudessem ser oriundos da magistratura. Tenho aqui colegas com quarenta e tal anos e que são excelentes profissionais, grandes juristas. Mas alguns deles prefeririam mudar de vida, em vez de serem advogados. Um advogado é uma pessoa que trabalha, se for necessário, 50 horas seguidas. Eu, uma vez, a negociar a venda do grupo Champalimaud, estive a trabalhar de uma segunda a quinta feira e só dormi três horas. Um juiz trabalha muito mais do que a média das pessoas, mas apesar de tudo não trabalha assim tanto. Mas um advogado com 40 anos não pode ser juiz. Tem de ir dois anos para o CEJ. E, se passar, vai ser colocado num tribunal de primeira instância. Todo o sistema está a funcionar de uma forma ineficiente mas é fácil-mo pô-lo a funcionar melhor.

Advocatus | Por que é que não temos uma cultura de *chapter eleven*, de uma empresa se apresentar à insolvência para se proteger dos credores?

JMJ | Pela mesma razão porque as pessoas só vão ao médico com um cancro na fase terminal. Porque as pessoas só vêm ao advogado quando já estão com a acção em cima delas. A pedagogia preventiva não existe. Se o sistema não funciona, e uma pessoa se entrega à protecção de credores, morre. O Tribunal do Comércio é um caso exemplar, pois deveriam ser uma enorme prioridade. Deveria haver muitos, com mais juízes

“Um dos problemas é a ideia de que, para ser juiz, é preciso passar por uma madrassa onde é necessário aprender de cor umas coisas completamente irrelevantes no século XXI”

a tratem de tudo o que tem a ver com o mundo empresarial. Mas não, chama-se Tribunal do Comércio, mas é um nome fraudulento. Um litígio entre accionista e empresa não vai para o Tribunal do Comércio. Enfim, a mentalidade de quem dirige o sistema judicial é a de pessoas de uma outra época, que nunca viveram imersos na economia real.

Advocatus | Está de acordo com a maneira como está estruturada a carreira dos juízes?

JMJ | Tenho defendido a chamada carreira plana. É completamente absurdo que um juiz, para progredir na carreira e para ganhar mais alguma coisa, tenha de sair do Tribunal de Primeira Instância. Fora de Lisboa, há juízes de grande qualidade – dou-lhe o exemplo do Dr. Araújo de Barros, dos Açores –, que não querem sair da primeira instância, porque não querem vir viver para Lisboa ou para o Porto. Uma das coisas em que eu e o Dr. Nascimento de Noronha – que por regra, discordamos praticamente em tudo – estamos de acordo é que os juízes de

>>>



“Nunca quis ficar na política. Fui o primeiro presidente da Distrital de Lisboa do PSD a não ser candidato a deputado. Obviamente que podia ter feito carreira. Mas nunca quis, e não quero falar de política. É um assunto que não me interessa hoje”

5 FRASES

“Ao longo da minha vida perdi sempre. Às vezes costumo dizer que se calhar dou azar. Isso não me dá qualquer angústia. Sou um homem com derrotas mas não um homem derrotado. É nas derrotas que nos tornamos homens não derrotados”

“A estagnação é um sinónimo de morte”

“O politicamente correcto é uma forma de vegetatividade. É preciso sermos politicamente incorrectos e transgredir porque só na transgressão as sociedades evoluem”

“Tenho inimigos, fúrias, guerras e ódios mas não odeio ninguém. Sou advogado e tenho o hábito de tentar perceber o ponto de vista do outro. O mundo é contraditório e conflitual, mas o contrário tem tanto direito de existir como eu”

“Os advogados são aliados naturais dos jornalistas e vice-versa. A missão deontológica das duas profissões é muito semelhante!”



Entrevista



“Fala-se muito na angústia do guarda-redes antes do penálti, mas eu creio que não é tão grande como a angústia do juiz antes da decisão. E em matéria de crime ainda é maior”

>>>

instrução deviam ser desembargadores. Para certos processos civis muito complexos, deviam ser nomeados juizes desembargadores para dirigir uma audiência.

Advocatus | Porque é que se entregou a esta batalha de agilização da Justiça?

JMJ | Acho que tenho de dar alguma coisa em troca do que recebi, que foi muito. Estudei com uma bolsa de estudo porque era de uma família com grandes dificuldades e o meu pai tinha morrido. O Direito, a Justiça e a Advocacia deram-me muito mais do que alguma vez tinha sonhado. Estar na Ordem foi um pouco como fazer o serviço militar. Dei, de graça, praticamente três anos da minha vida. Estive quase quatro anos no Conselho Superior da Magistratura, graciosamente. Dei ao sistema judicial muito mais do que a generalidade dos advogados com a minha senioridade porque quero ter a consciência tranquila. Posso morrer tranquilo e dizer que fiz tudo o que estava na minha mão para melhorar a Justiça.

“Sou contra a arbitragem necessária. É o poder político a interferir na Justiça”

Advocatus | O acto de leitura de resposta à matéria de facto não devia ser unificada com a leitura de sentença?

JMJ | É evidente. Nas arbitragens, as alegações em matéria de facto e em matéria de direito são conjuntas. E o juiz, depois, decide tudo de uma vez. É uma complexificação do processo sem nenhuma utilidade. Sempre que vou a julgamento, eu levo um guião das minhas alegações e há advogados que protestam. Dizem que não é possível, que não está no Código.

Eu acho que todos devíamos fazer isso. Fazer umas alegações rápidas e depois entregar ao juiz em suporte digital a nossa perspectiva daquilo que seria uma boa decisão, e o juiz, depois, decide tudo de uma vez. Há de facto mecanismos de simplificação que são inequívocos.

Advocatus | A propósito da sua experiência de arbitragem. Como é que se sente nessa troca de papéis, de ser juiz?

JMJ | Passei a respeitá-los muito

BASTONADAS

Madrassas mais eficazes que CEJ

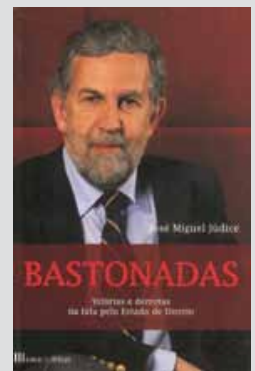
“Percebi cedo que sou um advogado de barra, alguém que vive as tensões e os conflitos sem dramatismos (e muito menos dramalhões), que gosto da confrontação e me habituei ao longo da vida a lutar por aquilo em que acredito, por vezes com ferocidade, mas respeitando os opositores leais e admirando a inteligência e a coragem”. É com este auto-retrato *à la minuta*, reproduzido na contracapa de *Bastonadas*, que José Miguel Júdice justifica ter reunido num livro de 303 páginas alguns dos textos que foi produzindo durante os primeiros anos deste século, período que compreende cronologicamente os três anos em que foi o Bastonário dos Advogados.

Vitórias e derrotas na luta pelo Estado de Direito é o pós-título de um livro onde expõe, de forma provocatória, opiniões desassombradas, das quais reproduzimos três, a título de aperitivo e *teaser*:

“É evidente que o CEJ, onde se formam juizes e procuradores, não é tão eficaz como as escolas muçulmanas que ensinam a ler o Alcorão da forma mais literal, formal e cautelosa possível, para que precisamente a heresia não penetre pela admissão da liberdade e da diversidade. Mas têm-se esforçado muito”.

“O mundo da Justiça foi um dos que menos necessidade teve de se adaptar a modernizações tecnológicas e a lógicas de rupturas. O modelo cénico que concretiza, a dialéctica que se exprime e o *iter* decisório que segue, puderam sobreviver sem sobressaltos durante séculos”.

“Sei que muitos ficarão chocados com o que digo, mas é possível afirmar com rigor que em termos tecnológicos – e até ao final do século XX – o processo judicial pouco se diferenciava no nosso tempo histórico do que se passava no tempo dos romanos: a máquina de escrever e a fotocopadora são os únicos relevantes exemplos de evolução tecnológica de que me consigo lembrar”.



“Há muito advogados que eu admiro e respeito muito. Se precisasse e pudesse escolher livremente, para o tribunal escolhia o Proença e para negociar um contrato escolhia o Luís Sáragga Leal”

Edição vídeo
desta entrevista
em www.advocatus.pt

mais. Fala-se muito na angústia do guarda-redes antes do penálti, mas eu creio que não é tão grande como a angústia do juiz antes da decisão. E em matéria de crime ainda é maior. Também me tornei melhor advogado, porque passei a notar mais o que interessa. Por último, obrigou-me a estudar mais, e isso é bom, rejuvenesceu-me. Eu, hoje em dia, estou a estudar mais Direito do que estudava há 20 anos. E isso é uma coisa que me dá muito prazer.

Advocatus | Não acha que devia haver mais casos de arbitragem obrigatória?

JMJ | Sou contra a arbitragem necessária. Sei que este governo tem um bocado dessa cultura, mas isso não é arbitragem. Se sou obrigado a ir a uma arbitragem onde os árbitros estão escolhidos pelo Estado, e se uma das partes no litígio é o próprio Estado, isto não é uma arbitragem, é retirarem-me o acesso ao tribunal, é o poder político a interferir na Justiça.

Advocatus | O José Miguel Júdice é um grande advogado. Teve alguma grande referência quando se iniciou?

JMJ | Claro que sim. Os advogados que eu mais admirei ao princípio foram aqueles que me deram banhadas. Eu perdi uma acção muito grande com o Dr. Carlos Lima e aprendi mais com ele do que em cinco anos de formação universitária. Foi talvez um dos maiores advogados do século XX português. Felizmente, ainda hoje vive, embora hoje em dia a advogar menos. Mas há muito advogados que eu admiro e respeito muito. Se precisasse e pudesse escolher livremente, para o tribunal escolhia o Proença e para negociar um contrato escolhia o Luís Sáraga Leal.

Advocatus | A PLMJ tem continuado a recrutar recém-licenciados?

JMJ | Sempre. Isto é uma sociedade de carreira, ninguém é sócio pagando seja o que for. Quando nos reformamos, vamo-nos em-

“Todo o sistema está a funcionar de uma forma ineficiente mas é fácil pô-lo a funcionar melhor”

bora e deixamos de ser sócios. O escritório escolhe sempre gente muito nova. Ainda o ano passado contratámos cerca de 20 estagiários. Este ano contratámos menos, porque a crise existe e nós também não queremos contratar estagiários se não tivermos capacidade de lhes dar boas condições.

Advocatus | Já foi político, gestor e advogado. Naquele grupo da Nova Esperança (Marcelo Santana Lopes, Júdice e Durão Barroso), foi o único que não chegou a presidente do PSD. Foi de propósito?

JMJ | Nunca quis ficar na política. Fui o primeiro presidente da Distrital de Lisboa do PSD a não ser candidato a deputado. Obviamente que podia ter feito carreira. Mas nunca quis, e não quero falar de política. É um assunto que não me interessa hoje.

Advocatus | Gostou de ser gestor?

JMJ | Ainda sou um gestor não executivo. Continuo no executivo de várias empresas e nos próximos anos vou aumentar o número de empresas de que aceitei o cargo. Vou-me reformar, seguramente, aos 65 anos e tenho de começar a preparar o que vou fazer a seguir, porque eu gosto de trabalhar. Sou um gestor não executivo dos negócios do meu filho e assim continuo a acompanhar o mundo da gestão, o que é sempre importante para um advogado.

Advocatus | A existência de grandes sociedades de advogados é benéfica para a Justiça?

JMJ | Acho que sim, na medida em que aumenta a especialização, e dá carreira a muita gente. As sociedades de advogados são meritocráticas. Chega-se a sócio por ter qualidade e não por se ser filho do advogado.

Advocatus | Permitem uma melhoria da qualidade da advocacia?

JMJ | Sem dúvida. O que não impede que haja notabilíssimos ad-



José Miguel Júdice foi fotografado junto a uma escultura de Rui Chafes, “Sou como tu”, uma obra encomendada pela Fundação PLMJ para assinalar os 40 anos da sociedade de advogados. Foi doada à cidade de Lisboa em 2008 e está situada em frente à sede da sociedade, na avenida da Liberdade

vogados que trabalham sozinhos. Eu não seria capaz de trabalhar sozinho como advogado. Mas, para se ser um bom advogado a trabalhar sozinho, é preciso ter muito poucos assuntos, e é preciso trabalhar muito mais do que para ser um excelente advogado em equipas.

Advocatus | Está satisfeito por ser sócio da PLMJ?

JMJ | Apesar da crise, estamos bem e eu estou contente porque na minha avaliação quantitativa de desempenho tripliquei face ao ano passado as horas de trabalho.

Advocatus | Mesmo farto da política, não pensava duas vezes se o convidassem para ministro da Justiça?

JMJ | Não. Nem deixava que me convidassem. Não se consegue fazer nada. A última actividade pública que quis fazer, *pro bono*, foi a frente Tejo e não desistiram enquanto não me lixaram.

“Não sou revolucionário, foi uma ideia de juventude que passou depois de entender os disparates das revoluções. Sou um reformista forte”



José Miguel Júdice

“Vivia bem sem o Alberto dos Reis”

Pág. 32